

**Inquérito Civil n. 06.2013.00011759-3**

**TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA n. 0004/2021/02PJ/PAP**

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA**, por sua Promotora de Justiça titular da 2ª Promotoria de Justiça com atribuição na Curadoria do Meio Ambiente, Fernanda Priorelli Soares Togni, doravante designada **COMPROMITENTE**, e a **Madeira Rio Dourado Ltda.**, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ 01.758.251/0001-00, com sede na Rua Pedro Bosse Filho, 910, Santa Mônica, Papanduva, neste ato representada por **Roberto Carlos de Luca**, doravante designada **COMPROMISSÁRIA**, acompanhada por seu procurador, Dr. Giancarlo de Luca Guerra, OAB/PR n. 70085, nos autos do Inquérito Civil n. 06.2013.00011759-3, autorizados pelo artigo 5º, § 6º, da Lei n. 7.347/85, e:

**CONSIDERANDO** o contido no artigo 127, *caput*, da Constituição Federal, que dispõe que "o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses individuais indisponíveis";

**CONSIDERANDO** ser função institucional do Ministério Público a proteção do patrimônio público e social, do **meio ambiente** e de outros interesses difusos e coletivos, inclusive a ordem urbanística (art. 129, III, da CR/1988, e art. 1º, I, e art. 5º, I, ambos da Lei Federal n. 7.347/85);

**CONSIDERANDO** a possibilidade de o Ministério Público tomar compromisso de ajustamento de conduta, com fundamento no § 6º do art. 5º da Lei n. 7.347/85;

**CONSIDERANDO** que compete ao Ministério Público a defesa de direitos individuais indisponíveis, individuais homogêneos, difusos e coletivos (Constituição Federal, artigo 129, inciso III; Lei Federal n. 8.265/93, artigo 25, inciso IV, alínea "a"; e Lei Complementar Estadual n. 738/2019, artigo 90, inciso VI, alínea "c");

**CONSIDERANDO** que “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações” (art. 225, *caput*, da Carta Magna);

**CONSIDERANDO** que, na mesma senda, a Lei n. 6.938/81 prevê, em seu art. 2º, inciso I, que *"A Política Nacional do Meio Ambiente tem por objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no País, condições ao desenvolvimento sócio-econômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana, atendidos os seguintes princípios: I - ação governamental na manutenção do equilíbrio ecológico, considerando o meio ambiente como um patrimônio público a ser necessariamente assegurado e protegido, tendo em vista o uso coletivo [...];*

**CONSIDERANDO** a função socioambiental da propriedade prevista nos arts. 5º, XXIII; 170, VI, 182, §2º; 186, II e 225, todos da Constituição Federal, e os princípios gerais do direito ambiental da prevenção, da precaução, do poluidor pagador, do direito à sadia qualidade de vida e da obrigatoriedade da intervenção do Poder Público;

**CONSIDERANDO** as diretrizes, os princípios e os instrumentos jurídicos, políticos e técnicos estabelecidos pelo Estatuto das Cidades (Lei nº 10.257/2001), que fixam normas de ordem pública e interesse social reguladoras do uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental;

**CONSIDERANDO** que a Política Nacional do Meio Ambiente tem por objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no País, condições ao desenvolvimento sócio-econômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana (art. 2º da Lei 6.938/81);

**CONSIDERANDO** que a lei conceitua a poluição como "a degradação da qualidade ambiental resultante de atividades que direta ou indiretamente: prejudiquem a saúde, a segurança e o bem-estar da população" (art.

3º, inciso III, alínea "a", da Lei 6.938/81);

**CONSIDERANDO** que a poluição atmosférica causa diversas consequências ao meio ambiente e à saúde humana;

**CONSIDERANDO** que a Resolução CONAMA n. 436/2011 estabelece os limites máximos de emissão de poluentes atmosféricos provenientes de processo de geração de calor;

**CONSIDERANDO** o disposto no art. 927 do Código Civil Brasileiro de que *"aquele que, por ato ilícito (arts. 186 e 187), causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo"*;

**CONSIDERANDO** que o art. 14, §1º, da Lei da Política Nacional do Meio Ambiente (Lei n. 6.938/1981) prevê que *"Sem obstar a aplicação das penalidades previstas neste artigo, é o poluidor obrigado, independentemente da existência de culpa, a indenizar ou reparar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros, afetados por sua atividade. O Ministério Público da União e dos Estados terá legitimidade para propor ação de responsabilidade civil e criminal, por danos causados ao meio ambiente"*;

**CONSIDERANDO** o caráter preventivo e retributivo do princípio de responsabilidade civil ambiental denominado "poluidor-pagador";

**CONSIDERANDO** que o Inquérito Civil n. 06.2013.00011759-3 foi instaurado para apurar possível ocorrência de poluição ambiental perpetrada pela Madeireira Rio Dourado decorrente de emissão excessiva de fumaça;

**CONSIDERANDO** que, ao longo do aludido inquérito civil, inúmeras reclamações e "denúncias" de populares/municípios foram recebidas por esta Promotoria de Justiça dando conta dos transtornos pela grande emissão de fumaça/fuligem pela madeireira;

**CONSIDERANDO** que são notórios os transtornos advindos pela grande emissão de fuligem/fumaça pelas caldeiras da madeireira que se situa no centro urbano;

**CONSIDERANDO** que, ao ser realizada perícia, foram apuradas diversas melhorias que podem ser feitas para solução/mitigação do problema;

**CONSIDERANDO** que, durante a perícia, foi possível identificar

acúmulo de material particulado no solo;

**CONSIDERANDO** que, durante a perícia, verificou-se que dispositivos de transporte de refugos gerados no processo de beneficiamento de madeira, como serragens e cavacos, operam a céu aberto propiciando a dispersão, em excesso, desses materiais, os quais se acumulam sobre superfícies e são aspirados frequentemente por pessoas que permanecem no local;

**CONSIDERANDO** que, durante a perícia, verificou-se que as máquinas e equipamentos empregados nos deslocamentos e carregamentos internos apresentam alto índice de emissão de gases atmosféricos pelo sistema de escapamento;

**CONSIDERANDO** que, durante a perícia, verificou-se, próximo à fonte geradora, irritação nos olhos, nariz e garganta, dificuldade de respiração e mau cheiro;

**CONSIDERANDO** que o processo até então utilizado pela empresa, do tipo exaustor com caldeira com filtro ciclone não promove a filtragem do ar;

**CONSIDERANDO** que o sistema de filtragem conjugado por filtro de manga + ciclone aumenta a capacidade de retenção de partículas em comparação ao sistema hoje utilizado,

**RESOLVEM** celebrar o presente compromisso de ajustamento de conduta nos autos do Inquérito Civil n. 06.2013.00011759-3, com fulcro no artigo 5º, § 6º, da Lei 7.347/85, mediante os seguintes termos:

### **CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

Este Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta tem como objeto a regularização ambiental da empresa Madeireira Rio Dourado Ltda., situada na Rua Pedro Bosse Filho, n. 910, Santa Mônica, Papanduva/SC, no tocante à emissão de poluentes acima dos níveis toleráveis, de forma a garantir o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, além da adoção de medidas mitigadoras da situação constatada, visando resguardar a saúde humana, situação esta apurada nos autos de Inquérito Civil Público n. 06.2013.00011759-3.

## **CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES**

**2.1** A COMPROMISSÁRIA se compromete, a partir da celebração do presente ajuste, a respeitar a legislação vigente acerca da emissão de poluentes e os níveis toleráveis, de forma a garantir o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, especialmente a Resolução CONAMA n. 436/2011;

**2.2** A COMPROMISSÁRIA se compromete, **no prazo de 60 (sessenta) dias** a partir da celebração do presente ajuste, a realizar manutenção de máquinas e equipamentos que emitam gases atmosféricos pelo sistema de escapamento, encaminhando os relatórios dessas atividades a esta Promotoria de Justiça em até **10 (dez) dias** após sua realização;

**Parágrafo único** – As manutenções descritas acima deverão ser realizadas semestralmente ou em periodicidade menor indicada pelo fabricante, encaminhando a COMPROMISSÁRIA os relatórios dessas atividades a esta Promotoria de Justiça em até **10 (dez) dias** após sua realização;

**2.3** A COMPROMISSÁRIA se compromete, em sendo necessária a substituição, por qualquer motivo, da atual caldeira da empresa, substituí-la por algum equipamento que tenha sistema de filtragem composto por ciclone + filtro de manga em suas caldeiras para tratamento dos poluentes atmosféricos ou por outro equipamento que aumente a capacidade de retenção de partículas, no mínimo, no dobro em relação ao atual equipamento que a empresa utiliza, devendo apresentar documentos comprobatórios do fabricante ou seus técnicos atestando tal situação. Caso não seja necessário alterar a caldeira por ora, tal obrigação deverá ser feita quando da mudança do estabelecimento para novas instalações/nova sede, no prazo máximo de 3 (três) anos, tudo conforme estipulado no Termo de Ajustamento de Conduta firmado nos autos n. 06.2015.00009177-2.

**Parágrafo único** – o sistema deve ser trocado de acordo com sua vida útil e em periodicidade indicada pelo fabricante, e sempre que o sistema

apresentar qualquer defeito/vício;

**2.4** A COMPROMISSÁRIA se compromete a realizar, no mínimo, quadrimestralmente (**nos meses de abril, agosto e dezembro**), a manutenção, inspeção e limpeza da caldeira e demais dispositivos (como seus filtros e exaustores), por meio de um plano de controle de manutenções preventivas/corretivas, encaminhando os relatórios dessas atividades a esta Promotoria de Justiça em até **10 (dez) dias** após sua realização;

**2.5** A COMPROMISSÁRIA se compromete a realizar a manutenção da válvula rotativa, no mínimo, quadrimestralmente (**nos meses de abril, agosto e dezembro**), encaminhando os relatórios dessas atividades a esta Promotoria de Justiça até **10 dias** após sua realização;

**2.6** A COMPROMISSÁRIA se compromete a reduzir, **no prazo de 60 (sessenta) dias** a partir da celebração do presente ajuste, a concentração de serragem que circula no interior e entorno da empresa, proveniente de esteira e local aberto de armazenamento desse tipo de material, através da adaptação de estruturas de vedação para que tal situação não se repita;

**2.7** A COMPROMISSÁRIA se compromete, a partir da celebração do presente ajuste, a recolher e armazenar em locais fechados (tambores) e destinar adequadamente os resíduos sólidos oriundos da operação da caldeira (cinza, poeira etc.) por meio de contrato com empresa especializada, encaminhando relatórios semestrais a esta Promotoria de Justiça dando conta das atividades realizadas e cópia do contrato de destinação final dos resíduos com a empresa especializada;

**2.8** As cláusulas do presente termo de ajustamento de conduta valerão para qualquer local físico em que a COMPROMISSÁRIA venha a se instalar, pouco importando que venha haver mudança da sede do

estabelecimento/madeireira.

### **CLÁUSULA TERCEIRA - DA MEDIDA COMPENSATÓRIA/DANO MORAL COLETIVO**

**3.1** A COMPROMISSÁRIA ajusta que, como medida compensatória pela emissão de poluentes e inúmeros transtornos gerados aos moradores da vizinhança, prejudicando a saúde humana e o meio ambiente, levando em conta o período de exercício da atividade potencialmente poluidora, pagará a quantia de **R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), em 50 (cinquenta) parcelas mensais e consecutivas no valor de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) cada, com vencimento no dia 5 (cinco) de cada mês, vencendo-se a primeira no dia 5 do mês de janeiro de 2022 e as demais no mesmo dia dos meses subsequentes**, cujo valor reverterá ao Fundo para Reconstituição dos Bens Lesados do Estado de Santa Catarina, criado pelo Decreto n.º 1.047, de 10 de dezembro de 1987 (CNPJ 76.276.849/001-54).

**Parágrafo primeiro** – Para comprovação desta obrigação, a COMPROMISSÁRIA obriga-se a apresentar nesta Promotoria de Justiça, no prazo de **10 (dez) dias** após o vencimento de cada parcela, cópia do comprovante de cada pagamento.

**3.2** A COMPROMISSÁRIA ainda ressarcirá, **no prazo de 30 (trinta) dias a contar da celebração do presente ajuste**, ao Fundo para Reconstituição dos Bens Lesados do Estado de Santa Catarina, criado pelo Decreto n. 1.047, de 10 de dezembro de 1987 (CNPJ 76.276.849/001-54) o valor de **R\$ 6.381,44** (seis mil trezentos e oitenta e um reais e quarenta e quatro centavos – valor da perícia de R\$ 5.817,78 atualizado monetariamente entre setembro de 2020 – data na qual a perícia foi realizada – e o atual momento de assinatura do TAC – setembro de 2021) – decorrente do valor que foi utilizado para custear a perícia feita no presente feito, nos termos do art. 13 da portaria FRBL n. 35, de 3 de maio de 2012, vencendo em parcela única no dia 5 de dezembro de 2021.

**Parágrafo primeiro** – Para comprovação desta obrigação, a

COMPROMISSÁRIA obriga-se a apresentar nesta Promotoria de Justiça, no prazo de **10 (dez) dias** após o vencimento da obrigação, cópia do comprovante de cada pagamento.

#### **CLAUSULA QUARTA - DA EXECUÇÃO E DA INDENIZAÇÃO**

**4.1** Em caso de descumprimento das obrigações constante das cláusulas 2.2, 2.3, 2.4, 2.5 e 2.6 do presente TERMO, o COMPROMISSÁRIO ficará sujeito à multa diária de R\$500,00, e, em caso de descumprimento das obrigações constante das cláusulas 2.1 e 2.7 do presente TERMO, o COMPROMISSÁRIO ficarão sujeitos à multa R\$ 10.000,00 por cada descumprimento, devidamente atualizados de acordo com índice oficial - INPC, desde o dia de cada prática infracional até efetivo desembolso, exigível enquanto perdurar a violação, cujo valor reverterá ao Fundo para Reconstituição dos Bens Lesados do Estado de Santa Catarina. O descumprimento da multa compensatória prevista na cláusula 3ª implica no imediato vencimento da multa com a possibilidade de protesto extrajudicial.

**4.2** O valor da multa incidirá independentemente sobre cada um dos itens das cláusulas descumpridas.

**4.3** A multa é cumulativa e incidirá tantas vezes quantas forem as infrações cometidas, ainda que no mesmo período.

**4.4** A multa acima estipulada será exigida independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, estando o COMPROMISSÁRIO constituídos em mora com o simples vencimento dos prazos fixados.

**4.5** Eventual impossibilidade de cumprimento dos prazos fixados, por ocorrência de caso fortuito ou força maior, deverá ser comunicada até o prazo de 10 (dez) dias após sua constatação a esta Promotoria de Justiça, que avaliará a possibilidade de prorrogação dos prazos e, se for o caso, poderá ser firmado termo aditivo a este ajustamento.



**4.6** Além da fluência da multa, o descumprimento do presente Termo poderá dar ensejo à adoção das medidas judiciais cabíveis, inclusive as tendentes a obter o cumprimento da obrigação.

## **CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA**

**5.1** O presente ajuste entrará em vigor na data da sua assinatura.

**5.2** Este acordo tem eficácia de título executivo extrajudicial, na forma do § 6º do art. 5º da Lei n. 7.347/85 e do art. 784, inciso IV, do Código de Processo Civil.

## **CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA**

**6.1** As partes poderão rever o presente ajuste, mediante termo aditivo, que poderá incluir ou excluir medidas que tenham por objetivo o seu aperfeiçoamento e/ou se mostrem tecnicamente necessárias.

**6.2** Este título executivo não inibe ou restringe, de forma alguma, as ações de controle, monitoramento e fiscalização de qualquer órgão público, nem limita ou impede o exercício, por ele, de suas atribuições e prerrogativas legais e regulamentares.

**6.3** As questões decorrentes deste compromisso serão dirimidas no Foro da Comarca de Papanduva/SC, local em que está sendo firmado o presente ajuste.

**6.4** Fica o COMPROMISSÁRIO cientificado de que este Inquérito Civil será arquivado em relação ao signatário, e a promoção, submetida ao colendo Conselho Superior do Ministério Público, conforme dispõem o parágrafo 3.º do artigo 9.º da Lei n.º 7.347/85 e o artigo 26 do Ato n. 395/2018/PGJ, , bem como de que

será instaurado na 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Papanduva procedimento administrativo para o devido acompanhamento do cumprimento das cláusulas aqui firmadas.

Por estarem compromissados, firmam este **TERMO**, em 2 (duas) vias de igual teor, que terá eficácia de título executivo extrajudicial, nos termos do art. 5º, §6º, da Lei nº 7.347/85.

Papanduva, 23 de setembro de 2021.

[assinado digitalmente]

FERNANDA PRIORELLI SOARES TOGNI  
Promotora de Justiça

MADEIREIRA RIO DOURADO  
Roberto Carlos de Luca  
COMPROMISSÁRIO

GIANCARLO DE LUCA GUERRA  
Advogado  
OAB/PR n. 70085